

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2009
(Do Sr. Raul Jungmann)

*Requer a realização de
audiência pública para
avaliar os cinco anos da
presença do contingente
brasileiro na Missão de
Estabilização das Nações
Unidas no Haiti
(MINUSTAH).*

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida esta Comissão, que seja realizada audiência pública para avaliar os cinco anos da presença do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), com as presenças do Ministro da Defesa, **Sr. Nelson Jobim** e do **Sr. Celso Lafer**, ex-ministro das Relações Exteriores.

JUSTIFICATIVA

Desde os eventos envolvendo a queda de Jean-Bertrand Aristide do governo do Haiti, em 2004, a paz no país centro-americano vem sofrendo sério abalo. Ao mesmo tempo, a Organização das Nações Unidas vem mantendo no território haitiano missão de estabilização, comandada militarmente pelo Brasil.

A partir da Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, de 1 de junho de 2004, foi criada a MINUSTAH, com o objetivo de restabelecer a ordem no Haiti, por meio de um mandato em três áreas principais: provimento de segurança e de um ambiente estável, particularmente através do desarmamento; apoio ao processo político e boa governança em preparação para as eleições que se seguiriam e o monitoramento e apresentação de relatórios sobre os direitos humanos.

De modo geral, o contingente brasileiro vem obtendo sucesso na luta contra grupos armados no Haiti, com a pacificação da Cité Soleil, região da capital, e Porto Príncipe, considerada pela ONU como uma das mais violentas cidades do planeta. Atuando há cinco anos na pacificação do Haiti, o Brasil possui o maior contingente de militares na MINUSTAH, com cerca de 1.300 homens.

Os custos dessa mobilização de paz para o Brasil são da ordem de 705 milhões de reais, segundo estimativas do próprio Ministério da Defesa, para o período de 2004 até o final de 2009. Desse total, cerca de 40% é reembolsado pelas Nações Unidas aos cofres públicos brasileiros.

As razões que motivaram o envio e a permanência das tropas brasileiras no Haiti, sem embargo, se revestem de caráter nobre, com a ajuda para a reconstrução de um país amigo e cujo índice de desenvolvimento humano (IDH) é um dos mais baixos do mundo.

Apesar disso, algumas críticas foram feitas nesses cinco anos de ação da MINUSTAH, quais sejam: o clima de insegurança e de impunidade que ainda paira na região; a falta de uma campanha eficaz de desarmamento (são estimadas entre 13 a 18 mil armas ilegais no país e cerca de 25 mil potenciais participantes de um eventual programa de desarmamento); o alto nível de violência e a impotência da ação da MINUSTAH que não tem conseguido

refrear os grupos armados ilegais. Apesar de todas as críticas, a MINUSTAH é vista como o principal ator capaz de garantir a paz, ao produzir meios para o cumprimento da lei nacional de modo efetivo e imparcial.

É com o intuito de esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional melhor avaliar a presença das tropas brasileiras no Haiti, que muito provavelmente perdurará por mais alguns anos até a conjuntura daquele país permitir sua retirada, que apresentamos o presente Requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, de junho de 2009.

Deputado RAUL JUNGSMANN
PPS/PE